

Eixo Capital



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Bug que custou caro na trama

Um relatório da Polícia Federal, que levou à prisão de membros das Forças Armadas, ontem, revelou detalhes de conversas interceptadas que chamaram a atenção de dois investigadores consultados pela coluna. Sabe-se que Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e seu entorno recorriam a aplicativos considerados “mais seguros”, como Signal e UNA, para tratar de temas sigilosos. No entanto, em um momento crítico, o aplicativo UNA sofreu um “bug”, o que fez com que o tenente-coronel Rafael Martins de Oliveira, conhecido como “Joe” e preso na operação da PF, recorresse ao WhatsApp para contatar Cid, o que foi “um prato cheio para nós”, analisou uma fonte. As mensagens foram recuperadas pelos policiais, que encontraram registros apagados no dispositivo de Cid. Além do planejamento e execução de ações contra o

Divulgação/Polícia Federal



ministro Alexandre de Moraes, as mensagens indicavam a intermediação de R\$ 100 mil para custear despesas com hospedagem, alimentação e materiais para “subsidiar, possivelmente, ações clandestinas que seriam executadas entre novembro e dezembro de 2022”, conforme descrito no relatório da PF. “O Uni (UNA) tá bugado!! Depois apaga”, escreveu Joe a Cid. A PF dividiu a investigação em cinco eixos e acredita que houve financiamento para manifestações, isso porque o tenente pediu orientações a Cid para indicar os locais em que ocorreriam as ações.

La Casa de Papel

Para dificultar o rastreamento das possíveis atividades ilícitas, a PF revelou que os investigados habilitaram linhas telefônicas em nome de terceiros, criaram um grupo denominado “Copa 2022” no aplicativo Signal e adotaram codinomes inspirados em países, como Alemanha, Áustria, Brasil, Argentina, Japão e Gana, imitando o estilo da série espanhola “La Casa de Papel”. Nela, os personagens adotam nomes de cidades para cometer crimes e não ser descobertos. O tenente Rafael Martins de Oliveira, o “Joe”, usava o codinome “Japão”. Em mensagens obtidas pela PF, surgiram diálogos dos investigados detalhando um plano em 15 de dezembro de 2022, quando estavam de tocaia nas proximidades do apartamento funcional de Alexandre de Moraes, na Asa Sul, para prender o ministro. De acordo com a PF, o grupo tinha um líder identificado pelo nome de usuário “teixeiralafaiete230”, com o codinome “Alemanha”, que abortou o plano. Os investigadores ainda tentam descobrir a identidade desse suposto chefe, que, segundo apontam, utilizava uma linha habilitada em nome de terceiros para emitir ordens.

Amigo da vizinhança

Rafael Martins de Oliveira, o “Joe”, era chamado de “Mário” pelos moradores do prédio onde viveu na 115 Norte. A prisão do tenente foi amplamente comentada entre os vizinhos, especialmente devido à operação da Polícia Federal, que bateu em sua antiga residência na manhã de ontem, após monitoramento discreto na área desde segunda-feira. Embora Rafael tenha se mudado para a Asa Sul há cerca de um ano, ele ainda frequentava a loteria e a padaria da quadra, mantendo contato com a antiga vizinhança.

REPRODUÇÃO



STF decide que presidente deve nomear chefe no MPDFT

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em plenário virtual, julgar improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6247, que questionava a legitimidade constitucional do presidente da República em escolher o procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A ação foi protocolada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), em 2019, que questionava a regra estabelecida na Lei Complementar 75/1993. Essa norma atribuiu ao presidente da República a prerrogativa de nomear o chefe do MPDFT, ainda que tal prerrogativa não encontre respaldo na Constituição Federal de 1988. Ao votar pela improcedência do pedido, o relator, ministro Dias Toffoli, mencionou uma manifestação do então procurador-geral da República, Augusto Aras, que, no âmbito do processo, defendeu que o MPDFT é um dos ramos do Ministério Público da União (MPU) e que o órgão não deve estar sujeito a qualquer tipo de “subordinação nem a poderes fiscalizatórios da autoridade nomeante sobre a autoridade nomeada”.

O voto do ministro foi seguido por todos os demais magistrados, exceto Gilmar Mendes, que acompanhou o relator, mas apresentou ressalvas, observando que a PGDF entendia que a situação do MPDFT se assemelha à das forças de segurança locais, mas destacou que o órgão faz parte da estrutura orgânica do MPU.

Letramento racial

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) lançou o segundo volume do *Dicionário de Letramento Racial*. O material reúne mais de 50 termos que a instituição considera preconceituosos e sugere que sejam substituídos por expressões mais adequadas.

Réveillon no late

Para atrair o público e impulsionar as vendas de fim de ano, estabelecimentos em Brasília estão investindo em festas temáticas. O Late Clube, um dos mais renomados e completos clubes de Brasília, terá celebrações especiais, incluindo apresentações musicais de Terminal Zero e DJ Nando Nitro, além de um buffet assinado pelo restaurante Zuri e decoração de Virgínia D'Arc. O espaço promete uma grande festa, com áreas instagramáveis, brinquedoteca, música ao vivo e uma queima de fogos para marcar o final do ano.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Ibaneis faz check-up em São Paulo

O governador Ibaneis Rocha (MDB) retornou ao Brasil e viajou para uma consulta no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, após exames indicarem uma calcificação na cabeça do fêmur. Em agenda recente para a inauguração do viaduto do Jardim Botânico, ele compareceu ao evento utilizando muletas. Nas últimas semanas, Ibaneis tem se queixado de dores e explicou que o uso de muletas é uma forma de aliviar a pressão sobre o fêmur e a bacia. “Fiz uma consulta em São Paulo, mas a minha opção é de fazer o tratamento na rede Sarah, em Brasília. Antes de uma intervenção (cirúrgica), vou ouvir os especialistas”, explicou o governador, à coluna.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

OPERAÇÃO / Bando com integrantes no DF, MG e GO, que comercializavam ilegalmente terrenos da Terracap, sofreu ação de grupo de combate ao crime organizado. Foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão

MP age contra nova grilagem

» LETÍCIA MOUHAMAD
» ARTHUR DE SOUZA

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), cumpriu 17 mandados de busca e apreensão ontem. As ações — realizadas no DF, Goiás e Minas Gerais — estavam previstas por uma operação que investiga a existência de uma organização criminosa envolvida em parcelamento ilegal do solo, no Lago Norte.

O MPDFT também investiga possíveis crimes de estelionato, extorsão, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e contra relações de consumo, relacionados à área da Fazenda Brejo ou Torto, que, legalmente, pertence à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). O local era anunciado pelos investigados como área onde seria criado o Condomínio Tomahawk, que depois passou a ser chamado de Jardins do Lago Norte.

Outras medidas determinadas pela Justiça incluem a suspensão das atividades das pessoas jurídicas envolvidas na irregularidade e a proibição de cobrança de taxas condominiais. A operação contou com

o apoio do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal (Decor), do Gaeco/GO e do Gaeco/MG.

Procurada pelo **Correio**, a Terracap disse que tem a propriedade exclusiva da área que, há muitos anos, vem sendo objeto de tentativa de grilagem por parte do Condomínio Tomahawk e de outros empreendimentos não autorizados. “A Terracap logrou êxito no poder Judiciário em comprovar a sua propriedade e mantém vigilância constante sobre a área, no intuito de preservar e garantir o patrimônio público”, ressaltou a companhia.

Vulnerável

De acordo com a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal), neste ano, foram realizadas 732 operações de desobstrução de áreas públicas, que resultaram em 6.205.881 m² desocupados em todo o DF. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Brasília (UnB), a arquiteta e urbanista Ludmila de Araujo Correia disse que o território da capital federal é “particularmente vulnerável” a esse tipo de crime devido a diversos fatores.

Divulgação/MPDFT



Também são investigados possíveis crimes de estelionato, extorsão e falsidade ideológica, entre outros

“A disponibilidade de áreas públicas, a falta de fiscalização da ocupação irregular ou monitoramento efetivo de áreas ambientalmente sensíveis, torna as terras mais suscetíveis ao parcelamento e à venda irregular”, ressaltou. Além disso, segundo ela, a alta demanda por moradia acessível leva muitas famílias a buscarem locais mais baratos, mesmo cientes dos riscos associados. “Muitas vezes, as pessoas são vítimas de um

‘mercado’ rentável alimentado pela ausência de controle estatal”, lamentou a especialista.

Ludmila destacou que a grilagem compromete o planejamento urbano de maneira profunda, gerando desordem territorial com impactos diretos à qualidade de vida e à aplicação de recursos públicos. “A ocupação de áreas sem infraestrutura adequada resulta em custos elevados para implementar abastecimento de água, energia,

infraestruturas de esgoto e drenagem, além de dificultar o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e transporte”, alertou.

Do ponto de vista ambiental, a urbanista observou que muitas dessas áreas são sensíveis. Desse modo, segundo ela, a ocupação desses espaços gera impactos irreversíveis aos ecossistemas e compromete a sustentabilidade. “Além disso, a precariedade das moradias em áreas de risco expõe

os moradores a problemas como alagamentos, deslizamentos e insalubridade”, alertou.

De acordo com a especialista, é essencial que a população compreenda que, embora muitas vezes sejam vítimas desse processo, a denúncia é uma ferramenta indispensável para enfrentar a grilagem (confira o quadro). “A máfia que sustenta esse mercado precisa ser investigada e responsabilizada. O apoio da sociedade, com denúncias a canais confiáveis, é crucial para dar mais elementos às autoridades e interromper esse ciclo”, avaliou.

Onde denunciar grileiros

Polícia Civil
Site www.pcdf.df.gov.br ou pelo disque-denúncia (197);

Participa DF
Site www.participa.df.gov.br;

Central 162
De segunda a sexta-feira, das 7h às 21h. Sábado, domingo e feriado, das 8h às 18h. Ligação gratuita para telefone fixo e celular.